



A esperança nas trincheiras da resistência: Entrevista com Talíria Petrone

Talíria Petrone Soares (1) entrevistada por
Ana Míria Carinhonha (2) and Lucas Melgaço (3)

(1) Câmara dos Deputados
dep.talriapetrone@camara.leg.br

(2) Universidade Federal do Rio de Janeiro
ana.miria.scc@gmail.com

(3) Vrije Universiteit Brussel
Lucas.Melgaco@vub.be



(c) Ricardo Albertini/Câmara dos Deputados¹

1 Imagem editada. A imagem original pode ser acessada no endereço: <https://www.camara.leg.br/internet/bancoimagem/banco/2019/05/img20190507202534273.jpg>

Resumo

Talíria Petrone é deputada federal (2019–2022) e tem realizado um trabalho notável na defesa dos direitos humanos, nas agendas de gênero e LGBTQIA+ e no apoio à população negra pobre do Brasil. Ela tem também se envolvido com tópicos relacionados à segurança e à brutalidade policial no Brasil. Nesta entrevista, entre outros assuntos, ela fala sobre sua trajetória anterior, o impacto das ameaças de morte em seu trabalho político e sua proximidade com Marielle Franco, assassinada em 2018. A entrevista foi realizada pela criminóloga Ana Míria Carinhanha, sediada no Brasil, e o geógrafo e professor de criminologia urbana Lucas Melgaço, residente na Bélgica.

Ana Míria Carinhanha: Quem é Talíria Petrone? Como se constitui essa mulher?

Lucas Melgaço: E sua formação acadêmica teve alguma influência no seu trabalho como parlamentar?

Talíria Petrone: Eu sou professora de História, formada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a UERJ. Me formei na UERJ de São Gonçalo, uma das maiores cidades do estado e que fica na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Mas uma cidade aonde o Estado chega com muita violência pelo seu braço armado, uma cidade muito precária em termos de direitos, bastante favelizada. É uma cidade vizinha de Niterói, cidade onde eu nasci, cresci. Os estudantes dessa universidade, em geral, são estudantes negros, periféricos, trabalhadores. A maior parte das pessoas que lá estudavam trabalhava durante o dia e estudava à noite. A experiência que eu tive nessa universidade foi fundamental para fortalecer o papel da militância política e também um pouco da cara do mandato que a gente passou a construir depois.

E eu sou filha de uma professora e de um músico e artista plástico. Cresci na Fonte Seca, um bairro pobre de Niterói. Eu penso nesses dois aspectos: tanto a minha formação acadêmica nesta universidade, em especial, antes mesmo do mestrado, que veio já com a luta em curso, e a minha história, em especial na relação com a minha mãe, com a minha vó, com a minha bisa. Essas são duas das memórias que constituem a parlamentar que estou hoje. Eu tenho uma lembrança da minha mãe subindo a ladeira da rua em que eu morava lá na Fonte Seca. Hoje, é uma área que dizem que está se constituindo uma milícia. E eu tenho memória da minha infância, a gente pegando o ônibus, minha mãe subindo a ladeira grávida da minha irmã, com meu irmão num braço e eu no outro. Essa é um pouco a cena que me constitui: a cena desta mulher, professora, que fez faculdade já depois de adulta, que era a chefe de família, e meu exemplo de mulher – que não se entendia como feminista, mas era o exemplo da mulher trabalhadora brasileira.

E a universidade veio depois de outras experiências. Eu trabalhei com telemarketing, inclusive para pagar a passagem da faculdade. Essa experiência enquanto trabalhadora no mundo me constituiu enquanto universitária – eu era este perfil de universitária, tanto que eu não fiz movimento estudantil, porque eu não me via muito representada, embora ache bastante importante o movimento estudantil. Mas essa experiência enquanto trabalhadora e, depois, a experiência com outros trabalhadores na universidade lá em São Gonçalo, me constituiu enquanto militante. Mais do que a vida acadêmica, que eu considero bastante importante (aos trancos e barrancos, com gravidez, com mandato), a sala de aula, trabalhar em São Gonçalo, trabalhar na Maré, lidar com aluno que chega sem comer, com aluno que viu o vizinho morrer no dia anterior assassinado pelo Estado. Vivenciar o que é o mundo dentro do micro espaço da sala de aula foi muito importante para eu decidir me organizar politicamente.

Eu achava e sigo achando que a escola, em especial, era um espaço muito potente para incidir sobre um Brasil tão desigual. Mas, quando me dei conta, eu cheguei na sala de aula onde as desigualdades históricas do Brasil estavam ali muito agudizadas e evidenciadas. Eu senti uma necessidade muito grande de ir além e me organizar politicamente. Eu me filei ao PSOL. Eu fiquei alguns anos filiada ao PSOL com pautas que envolvem educação e direitos humanos e, em algum momento, por convencimento de algumas mulheres – em especial, do partido –, a gente resolveu construir uma candidatura. Queríamos levar a pauta racial e de gênero com centralidade para dentro da política brasileira, dentro da minha cidade. Foi assim que se construiu uma campanha, com o slogan “por uma Niterói negra, popular e feminista”. Com pouquinho dinheiro, com pouquinha gente, circulando pelas praças, muito vinculada com os bairros e territórios, elegemos o mandato mais votado da cidade. Foi uma surpresa, mas uma sinalização de que havia uma necessidade da maioria do povo se sentir representada também nesse espaço.

Agora estou deputada sem necessariamente termos planejado a campanha com muita antecedência, porque quando a gente topou fazer a campanha, foi muito uma resposta à execução de Marielle, que era muito parceira, assim, nessa troca de mandatos, e de vida, enquanto mulher preta na política. Quando ela foi executada, a gente se sentiu provocado a nacionalizar as lutas que a gente tocava no estado do Rio de Janeiro. Foi assim que topamos essa tarefa do mandato federal e cá estamos.

L. M.: Ainda, sobre o mandato de vereadora, a quais pautas mais ligadas a questões criminológicas como violência sexual e segurança pública você mais se dedicou?

T. P.: Eu fui presidenta na Comissão de Direitos Humanos, da Criança e do Adolescente durante os dois anos em que estive vereadora. A gente tinha um espaço de acolhimento das vítimas de violações aos direitos humanos na cidade de Niterói, muito de uma concepção de direitos humanos mais ampla, entendendo o direito à creche da criança e da mãe como um direito humano. Mas havia três temas que, para mim, estavam bastante vinculados ao que a gente vai seguir conversando hoje. O primeiro deles são as questões que envolvem direito das mulheres e gênero, que foram temas que se tornaram muito fortes na nossa atuação. Tanto que a gente, numa perspectiva, inclusive, do abolicionismo penal, do entendimento das prisões como um lugar que mantém uma repressão histórica que recai sobre um mesmo corpo, a gente entende que, antes da mulher ser agredida, antes da mulher ser violentada, a gente quer essa mulher viva e essa mulher sem as marcas dessa agressão. Então, a prevenção à violência contra a mulher, para nós, é um ponto muito fundamental no enfrentamento às desigualdades de gênero que são tão gritantes no Brasil.

Uma das primeiras medidas que a gente teve enquanto mandato foi uma representação ao Ministério Público para barrar uma emenda ao Plano Municipal de Educação, votado no finalzinho da legislatura anterior à minha, que proibia o debate de gênero, de diversidade sexual e orientação sexual nas escolas de Niterói. Nós acionamos o Ministério Público e depois conseguimos derrubar a emenda. Isso gerou uma série de violências de setores fundamentalistas da cidade. Essa era uma pauta que sempre vinha com muita força.

Também o debate de moradia, que, muitas vezes, parece estar descolado dos debates que envolvem violência policial. Mas, ao contrário: a luta por moradia sempre vinha junto com alguma outra violação àquele território. Niterói é uma cidade que tem mais de 25% das pessoas morando em áreas de déficit habitacional, áreas favelizadas, sem drenagem, sem saneamento. E essas são áreas onde a letalidade policial chegava com muita força, também. Niterói viveu um desastre socioambiental que matou mais de cem pessoas, chamado “desastre do Bumba”. Foram mais de vinte e três pontos que deslizaram com a chuva que houve na cidade. E a resposta do poder público para essas pessoas foram

prédios muito distantes da área central ou nada. Então, a violência policial na cidade chegava neste corpo, que era o corpo desses desabrigados – a maioria mulheres, chefes de família, mulheres negras.

Isso estava intimamente casado com a luta por um outro modelo de segurança pública que, embora a gente sempre soubesse, não era do âmbito *stricto sensu* municipal, já que há uma dinâmica mais estadual e nacional quando pensamos em segurança pública. Mas a gente viveu no momento em que se instaurou na cidade o “Niterói Presente”, que era uma complementação da segurança pública por meio de recurso municipal. O policial trabalhava no contraturno. E Niterói, por mais que seja uma cidade com um IDH altíssimo, uma cidade bonita, que aparenta ser tranquila, ela tem uma média de mortes por intervenção policial maior do que a cidade do Rio de Janeiro. Mas as mortes são localizadas em favelas e periferias. É como se Icaraí, que é uma área nobre da cidade, não vivenciasse o que é a violência na periferia, a violência nas favelas de Niterói, a gente recebia muitas demandas de mães de filhos encarcerados, de filhos assassinados pelo Estado. E, muitas vezes, essa mulher era desabrigada e/ou tinha um filho que não tinha acesso a uma creche. É impressionante como essas violações se concretizavam no mesmo corpo.

Ainda sobre essas pautas: a gente fez uma luta muito grande para barrar o armamento da Guarda Municipal. Houve uma proposta da Prefeitura de armamento da Guarda, para também complementar a Polícia Militar, muito nessa lógica de guerra como modelo de segurança pública. 70% da população votou por meio de uma consulta popular por não armar a Guarda Municipal. Foi uma vitória muito grande essa mobilização, à qual o nosso mandato se somou.

Ah, só uma coisa, que eu acho que talvez valha dizer: a gente tinha uma forma de atuação do mandato que eu tenho até muita saudade, enquanto mandato de vereadora, que era o gabinete itinerante. Todas essas violações eram recebidas a partir de uma circulação pelos bairros da cidade, com o nosso banquinho lá, a gente sentava, escutava as pessoas e voltava para o mandato e para a Comissão de Direitos Humanos ouvindo essas denúncias e pensando iniciativas parlamentares para enfrentá-las.

L. M.: Sobre o não-armamento da Guarda Municipal, imagino que você deva ter sofrido uma forte oposição. De que forma ela se deu? E foi quando isso, foi em que ano, mais ou menos?

T. P.: Eu me elegei vereadora em 2016 (dois mil e dezesseis).

L. M.: Eu estou imaginando que, se isso tivesse sido hoje, no atual contexto político, talvez o resultado teria sido diferente.

T. P.: É, eu acho que sim. Eu acho que a direita, a extrema-direita, não se mobilizou a contento. A gente tinha uma polarização na Câmara, em especial com um vereador bolsonarista que era o principal porta-voz dessa política de extermínio da extrema-direita. Mas eu acho que eles não conseguiram se organizar o suficiente.

Niterói, embora seja uma cidade conservadora, tem também uma história de esquerda progressista interessante. Conseguimos mobilizar esses setores e mobilizar também setores da Guarda Municipal, que compreenderam que, armados, passavam a ser, também, alvos. Então a Guarda ficou bem dividida sobre essa questão.

A prefeitura é de um campo progressista, então, por isso, fez uma consulta pública. Chamou de plebiscito, mas não foi exatamente um plebiscito, já tinha uma posição pelo armamento. Então, acabou que não levou à frente o processo de armamento da Guarda depois dessa consulta.

A. M. C.: Eu queria fazer uma pergunta sobre o gabinete itinerante. Como surgiu essa experiência? Você já a conhecia de outro lugar?

T. P.: Na verdade, foi a partir de uma discussão coletiva no mandato. Eu acho que devem existir outras experiências como essa, mas eu não me lembro de ter bebido de alguma outra experiência objetiva. Mas a gente fez uma campanha muito territorial. A gente reunia dez pessoas numa praça, num bairro; depois, dez numa outra. Queríamos um mandato que fosse muito vinculado aos territórios. Isso é o papel de um mandato de vereadora, muito conectado com a cidade, numa relação direta com as pessoas que viviam na cidade. De quinze em quinze dias a gente estava num bairro diferente fazendo pequenas reuniões para escutar as demandas da população.

L. M.: De que forma a polarização política de partidos, com ideais diferentes, também se torna uma polarização, de alguma forma, violenta em sua experiência política?

E como é que essa discussão sobre armamento tem se dado no âmbito federal? Vocês sofrem alguma forma de violência política por defender algo diferente do governo?

T. P.: A violência política se deu desde o primeiro dia de mandato. Havia uma violência dentro do parlamento. Niterói tinha alguns policiais militares vereadores e eu era a única mulher em exercício. Fomos eleitas duas, eu era a única em exercício por quase toda a legislatura. Imagina, uma mulher negra e outros mais vinte e dois homens, alguns deles policiais. Um deles, eleito, muito conectado com um grupo de bolsonaristas.

A violência se dava como resposta, em especial, a dois temas: os temas que envolvem mulheres e gênero; e os temas que envolviam segurança pública. Sempre que eu me posicionava num discurso, ou com alguma iniciativa legislativa, sobre esses dois temas, a violência vinha com muita força. Seja com tensões dentro do parlamento – coisas do tipo, um vereador que era policial bater no coldre, em tom de ameaça, e dizer: “tô aqui armado, você vai ficar falando mal da polícia aí?”. De chegar a ter quase embate físico, ainda mais num plenário pequeno, o corpo a corpo ali era muito forte. E, normalmente, uma tensão dentro do parlamento se desdobrava em muitos ataques, que começaram com ataques nas redes sociais e se desenvolveram, depois, para outros ataques.

Tem um momento, que eu me recordo, quando houve uma operação policial. Uns policiais que fizeram uma emboscada em São Gonçalo, que é a cidade onde eu dei aula e estudei, vizinha de Niterói, e, nessa operação, foram, ao menos, oito mortos. A gente chamou de “chacina do Salgueiro”, que foi numa favela, no complexo do Salgueiro. Teve muita denúncia de tortura e mortes que não apareceram nessa estatística. Ninguém se responsabilizou por essa operação. Foi um tema que seguiu sendo tocado por nós a nível federal, pelo envolvimento do exército na operação. A gente, depois, teve algumas reuniões com o Ministério Público Militar. O caso foi arquivado, mas sem nenhuma resposta efetiva sobre o que aconteceu com esses jovens que foram torturados.

E eu pedi um minuto de silêncio em memória das famílias desses jovens, no plenário de Niterói. Isso virou uma sequência de ameaças de morte nas diferentes redes sociais e, infelizmente, não parou por

aí. Um homem ligou para a sede do PSOL insistentemente, pedindo meu telefone, dizendo que ia me matar... esse homem, inclusive, foi identificado pela polícia, e, ao ser identificado, ele disse que se sentiu provocado pela página de um vereador bolsonarista. Ele ficou com raiva e resolveu reagir. Depois, nunca mais soubemos desse homem, nunca mais foi às audiências. Havia então um clima institucional de violência política que estimulava uma violência de fora para dentro também.

Niterói é uma cidade em que há grupos supremacistas brancos e neonazistas organizados, há inquéritos em curso sobre isso. E, para mim, isso reflete uma história não resolvida de um Brasil escravocrata, de um Brasil colonial. Acho que o capitalismo brasileiro e a burguesia brasileira – a elite brasileira – nunca abandonou uma lógica escravocrata, que tem a ver com escolher qual corpo é desumanizável, qual é o corpo que pode ser exterminado. Tanto a política de segurança pública em curso no Brasil como a da cidade de Niterói entendem que o corpo a ser eliminado é um corpo pobre, negro, seja por meio do encarceramento, por meio da falta de moradia, por meio da pobreza; mas, também, por meio da morte, da execução sumária. Mas o corpo, também, de quem luta para enfrentar esse cenário, dependendo de que corpo for esse, é um corpo que também é passível de ser eliminado, como foi o corpo de Marielle, como é o meu e de tantas mulheres.

Infelizmente, eu não vejo o meu caso, hoje, que eu entendo ser um caso grave – eu tô exilada, praticamente, dentro do próprio país –, nem o caso da Marielle como casos isolados. Isso é a expressão de um Brasil em que a democracia é frágil, está cada vez mais fraturada no governo Bolsonaro, mas que não rompeu com uma lógica escravocrata colonial, que estruturou o Estado brasileiro e as instituições brasileiras.

A. M. C.: Talíria, você se sente exilada dentro do próprio país e fala das dificuldades em exercer um mandato público, em um país que se diz um Estado Democrático de Direito, e que, ao mesmo tempo, não oferece condições para que você trabalhe em segurança e de maneira plena. Como você se sente diante dessas ameaças, como isso acabou impactando a sua vida pessoal e também a sua vida pública, o exercício da sua profissão?

T. P.: É importante visibilizar essa questão, que é muito grave. Desde o início da vida parlamentar, foram muitas formas de violência. Desde um racismo muito explícito – “negra nojenta, volta pra senzala”; “se eu encontrar na rua, mato à paulada”; alusões a estupro: “merece um pênis do tamanho tal”; e ameaças de morte: “vou te matar com uma pistola x”. As redes sociais, desde a primeira semana de mandato, foram marcadas por esse tipo de constrangimento, ameaça de morte, para além dos ataques de “vagabunda” e por aí vai. A gente encarava isso com preocupação, com tristeza. Sempre foi muito duro exercer um mandato, assim. Para quem é mulher negra e escolhe fazer um mandato de enfrentamento a essa elite que, desde sempre, é maioria na ocupação do poder brasileiro, é muito duro, porque é sempre um não-lugar para nós. O racismo e a lógica patriarcal estruturaram muito bem o nosso capitalismo e estão muito evidentes nas instituições brasileiras. E, portanto, quem está ali e ocupa um espaço de poder na contramão disso é vítima de violência.

Quando Marielle é executada, tudo muda um pouco de figura. Aquilo era uma violência que era motivo das minhas conversas com a própria Mari, que era motivo de lamento, e de um pouco de preocupação, mas a gente não achava que uma violência política poderia levar a uma execução. Mesmo num país polarizado, mesmo num país que a gente entendia que estava caminhando para uma possibilidade de fechamento de regime. Mas, quando a Marielle foi executada, esses medos se tornaram muito objetivos. Porque a Marielle nunca foi ameaçada. O próprio plenário, no Rio, era menos tenso, menos polarizado – e a gente conversava muito sobre isso aqui em Niterói. E isso gerou muito medo. E, infelizmente, as ameaças e os riscos foram se tornando mais concretos. Não sei se nós passamos a ver mais

os riscos porque uma companheira foi executada ou se, de fato, a conjuntura brasileira também foi se acirrando.

Quando a Marielle é executada, eu passo a ter escolta parlamentar. A extinta Secretaria de Segurança do estado do Rio de Janeiro me ofereceu uma escolta da Polícia Militar que me escoltou por alguns meses, porque entendia que eu tinha um perfil semelhante ao da Marielle e já era uma parlamentar com ameaças pregressas. E não saber quem mandou matar Marielle me colocava como alvo. Mas, no primeiro dia de campanha para deputada federal me tiram a escolta. E aí, já houve um conflito com um policial militar dentro da barca Rio-Niterói. Esse policial pediu para eu parar de panfletar. Eu não estava panfletando dentro da embarcação. E esse policial mandou eu guardar meus materiais de campanha, eu falei que não ia guardar. Aí, ele joga meu celular no chão, pega os materiais, e começa a ficar muito agressivo, muito violento. E, em algum momento, ele saca uma arma, no meio de uma embarcação lotada de pessoas indo para o seu trabalho. Ele estava muito nervoso, com uma arma na mão. E quando ele saca a arma, eu tento manter a calma, falando: “gente, calma, para todo mundo – arma mata”. E ele responde sistematicamente: “ideologia mata mais”.

Isso, para mim, foi a inauguração do que foi a campanha em 2018 para deputada federal. Porque eu fui ameaçada em Bangu, quando um policial, que não se identificou, numa atividade com jovens sobre funk, em especial, jovens negros, vem no meu ouvido e fala que eu tenho que ir embora, que ele ia “voltar mandando bala”. Foram algumas atividades de campanha com esse grau de intimidação.

A vida já tinha ficado muito dura. Eu ia de bicicleta e de ônibus para a Câmara Municipal de Niterói trabalhar e passei a não poder ir numa padaria sem um carro blindado. Essa é minha situação até hoje. Mas a gente entendia que as ameaças que atingiam nosso mandato, que me atingiam, elas vinham de um campo do ódio que podia envolver supremacistas brancos, grupos organizados racistas e sexistas. Tive algumas ameaças que me fizeram passar a ter escolta da Polícia Legislativa da Câmara, que foram planos de execução no plano da deepweb. Então, a Polícia Federal acionou a Polícia Legislativa, e, a partir de então, eu passei a ter escolta.

E, aí, tem uma girada, no último ano, quando eu, no pleno exercício da minha licença-maternidade, com a minha filha no colo, estava com a escolta da Polícia Legislativa suspensa, porque estávamos em pandemia e eu não estava saindo de casa, e o diretor da Polícia Legislativa me liga e diz: “olha, deputada, não saia de casa. Foi identificada uma reunião de milicianos com a perspectiva de executar você. Amanhã a gente está retomando com a sua escolta”. Eu quase deixei a minha filha cair no chão, levei um susto. Eu imaginava que a milícia não gostava da gente. Mas, objetivamente, mesmo com a execução de Marielle, a gente não havia feito nada concretamente para tirar o poder econômico das milícias. Foram duas denúncias que chegaram no disque-denúncia, de forma muito contundente. Hoje já são sete denúncias que falam de nomes de policiais na ativa e na reserva, falam de nome de diretor de presídio que tem sido conivente com ordens dadas de milicianos para me executar. São denúncias muito detalhadas que indicam uma encomenda da minha morte. Cobrando esses grupos por que não executaram ainda.

E aí começa uma saga, porque ou era uma denúncia plantada, ou uma denúncia concreta. Mas era de alguém da milícia. Porque era muito detalhada, muito concreta. Eu fui então orientada a sair do Rio de Janeiro por policiais do nosso campo, que entenderam que não é seguro eu ficar no Rio de Janeiro enquanto não houver uma análise de risco. Isso também porque a Polícia Legislativa, que me protege, disse, formalmente que não tem como fazer minha segurança efetiva no Rio de Janeiro, que eles não têm armamento, nem efetivo condizente com a proteção de alguém ameaçada por milícia. O meu caso é o mais grave da Câmara Federal. Fiquei oito meses sem ir ao Rio.

Então, eu vim obrigada com a minha família para cá. E estou obrigada a estar longe do meu território. Eu estou criando minha filha longe da minha família, sem rede de apoio, longe do território em que eu

nasci e cresci, e onde eu queria morar. E saindo com escolta, saindo com carro blindado para ir a uma padaria. Mas isso é um ataque muito frontal à democracia. Tanto porque eu não sou a única, a resposta de quem mandou matar Marielle ainda não foi dada, tanto porque as milícias dominam um terço do território do Rio de Janeiro. E eu não posso voltar ao território que me elegeu. Eu não posso fazer a política conectada com o território que é a origem da política que nós fazemos enquanto mandato desde vereadora. A democracia brasileira é fraturada, incompleta, nunca chegou plenamente às favelas e periferias, ela está vivendo um retrocesso gravíssimo no momento político brasileiro. O Estado Democrático de Direito no Brasil que, para mim, nunca se completou plenamente, tem sido, cada vez mais, atacado por um governo que não só não dá respostas sobre isso tudo, mas como autoriza grupos de extermínio funcionarem a pleno vapor no Brasil e, em especial, no estado do Rio de Janeiro.

L. M.: É de fato um contraste enorme entre seu trabalho de vereadora em Niterói, encontrando as pessoas e esse exílio dentro do país. Que tipo de impacto essa situação de uma ameaça constante tem em você, na motivação para o seu trabalho parlamentar? Você pensa em desistir ou isso te dá ainda mais força para batalhar? Qual o impacto que a morte de Marielle tem na sua motivação como parlamentar?

T. P.: Eu acho que é de fato um misto disso tudo. Todos os dias, eu tenho vontade de interromper essa tarefa. Eu não tenho dúvida de que, para minha vida pessoal, eu poderia dizer até que eu seria mais feliz se eu não estivesse parlamentar. Mas, todos os dias, eu também tenho convicção da necessidade de não parar. Porque eu também não conseguiria conviver com a vitória daqueles que querem interromper corpos como o meu. Porque isso é uma vitória da extrema-direita, uma vitória da elite brasileira que compõe a extrema-direita. Eu sou uma pessoa muito alegre. Gosto do samba, da cerveja, do boteco. Há uma dimensão subjetiva de uma tentativa de roubar um pouco da nossa alegria e criar um desassossego para nós. Isso é um pouco, também, uma forma de desumanizar os nossos corpos.

Então, por muitas vezes, ainda mais depois que eu pari Moiana Maialú, eu penso: “o que que eu estou fazendo da minha vida e da minha família”? Há um medo constante da morte. Mas, ao mesmo tempo, o Brasil está vivendo um momento político inacreditável que, casado com a crise sanitária, agudizou uma crise econômica de um Brasil de proporções continentais e profundamente desigual. E se soma a isso projetos que tramitam na Câmara e também uma proposta golpista, de fechamento de regime, autoritária. Não haverá também futuro para minha filha, se a gente não interromper esse ciclo de autoritarismo no Brasil. Então, é também contraditório, porque, ao mesmo tempo que a maternidade me convida para uma outra vida, ela também me obriga a ter certeza de que o caminho é seguir na luta – neste momento, seguir ocupando o mandato.

E também Marielle. A tarefa de nacionalizar essas lutas foi uma tarefa que se deu a partir da execução política de Marielle. O Estado brasileiro também não devolveu para o povo brasileiro e para o mundo a resposta de quem mandou matar Marielle. Isso também é uma dimensão da impossibilidade de parar de lutar.

E um último ponto, a cada vinte e três minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil. As milícias dominam um terço do território do Rio de Janeiro. Não há outro caminho. Não é uma escolha a luta, sabe? Ela é uma urgência num Brasil com essas marcas. Então, todo dia, eu penso em parar, mas todo dia eu tenho a convicção de seguir em frente.

A. M. C.: Quando você fala de como a execução de Marielle provocou essa resposta do partido de mo-

bilizar uma luta nacional, eu vejo como vocês tinham uma parceria efetiva no Rio e em Niterói. Como você descreveria a Marielle e sua atuação para os nossos leitores? E como você explicaria o fato de Marielle ter sido executada aqui no Brasil?

T. P.: Acho que Marielle conjuga o que o corpo dela representava com o que as lutas encampadas pelo mandato dela também representavam. Marielle é mulher num país que é o quinto com o maior índice de feminicídio do mundo. Mulher negra num país em que o feminicídio é negro e em que também, a cada vinte e três minutos, um jovem negro, filho de uma mulher como Marielle, é assassinado. E a maior parte dos assassinatos são por força policial. Marielle era uma mulher negra favelada. O Estado vê quem mora na favela de forma desumanizada, e não chega com direitos, mas chega com o braço armado. Marielle, mulher negra, favelada, mãe, num país em que a violência obstétrica é negra, que o cenário obstétrico brasileiro é assustador, que a mortalidade materna é negra, e que essas mães, mães como Marielle, estão chorando a morte de seus filhos vítimas desse Estado penal, policial, jurídico, esse combo, que tem sido alargado, no último período.

Mulher lésbica, casada com outra mulher, que girou o mandato para essa pauta, num país em que mulheres lésbicas ainda sofrem estupro corretivo. Mulher socialista, num país que é o segundo país com maior desigualdade entre ricos e pobres, segundo com maior concentração de renda no mundo. E Marielle é mulher defensora de direitos humanos num país que é um dos que mais assassina defensores de direitos humanos no mundo. Então, o seu corpo carregava uma série de estigmas, que são estigmas da violência no Brasil. E esse mandato é um mandato de denúncia de todos esses estigmas. Era um mandato para visibilizar as resistências em relação a esse conjunto de pautas expressas quando a Marielle defendia a legalização do aborto, quando gritava no plenário para respeitar as mulheres sapatão e queria instituir o Dia da Visibilidade Lésbica; quando Marielle denunciava cada operação policial na cidade do Rio de Janeiro, no microfone, em alto e bom som, usava o tamanho das redes sociais dela para visibilizar a ação truculenta do Estado.

É um corpo que é o modelo de corpo historicamente desumanizado pelas elites brasileiras, num Brasil escravocrata, e um corpo que precisava ser calado, do ponto de vista das elites, porque é um corpo que incomodava o poder historicamente constituído. Essa era a Marielle, para além de ser uma mulher muito forte, uma liderança popular incrível e insubstituível. A Marielle tinha uma capacidade de diálogo com diferentes setores, liderava um ato na Maré como ninguém. Imagina: uma tensão, né? Com armas, sejam armas do comércio ilegal de drogas, sejam da polícia. Eu tenho a memória de Marielle num ato lá, antes ainda de ser vereadora. O ato começou a ficar tenso, os meninos jovens muito revoltados com o assassinato de um jovem, jogando pedra na polícia. A Marielle começa a gritar: “parou agora, é para ir ali” e virou uma leoa. A Marielle era uma leoa, sabe? E para a elite colonial brasileira, que segue ocupando o poder no Brasil, essa leoa precisava ser domada. E não era possível domar a Marielle. Então, ela precisou ser calada.

A gente pode não saber o motivo exato de quem mandou matar Marielle, o motivo concreto. Mas tudo isso que eu falei já é motivo suficiente para tentarem calar esse corpo.

L. M.: Tanto o seu trabalho, a sua postura, quanto a da Marielle, sempre foram bastante críticas à polícia, principalmente, a polícia do Rio de Janeiro. Como a gente está falando para um público de criminólogos e especialistas em estudos de polícia talvez valha a pena dar uma ideia da realidade brasileira. Eu tenho essa dificuldade como professor, aqui, de apresentar a polícia brasileira para um público belga, uma coisa tão fora da realidade da Bélgica. Mesmo com números, eles têm um pouco de dificuldade para entender isso. E é muito comum ver o seu trabalho e sua postura sendo colocada como contraponto da polícia. Alguns opositores ao seu trabalho te classificam como avessa à polícia, defensora dos

bandidos. Como você enxerga essa polarização? Você vê alguma saída para a polícia brasileira?

T. P.: A violência funda o Estado brasileiro. A polícia no Brasil é criada para conter revoltas populares, para guardar o poder da Corte e depois o poder da elite burguesa brasileira. Esse é o papel da polícia militar no Brasil: sufocar revoltas populares, seja Canudos, seja a Conjuração Baiana. Estamos falando do sequestro de povos da África para cá; estamos falando da tentativa de extermínio da população indígena; das diferentes ditaduras que constituíram o Brasil. Nós ainda não rompemos com esse passado. As instituições brasileiras têm essas marcas e a instituição polícia foi constituída para operar essas violências. É preciso desconstruir um mito que constrói essa polarização do nosso mandato, mandatos como o nosso, e a polícia. Nós não somos contra o policial, até porque muitos policiais militares, que estão na ponta, têm origem popular. A maior parte dos policiais militares que morrem em serviço são negros. Então, o problema é esse Estado policial. A gente vive num momento de desmonte do Estado de Direito e de alargamento, cada vez maior, desse Estado jurídico penal policial, por meio de iniciativas legislativas, por meio de um discurso do populismo penal. É esse populismo penal que, por um lado, convence as pessoas de que “mais polícia” vai deixá-las mais seguras, de que polícia violenta, numa lógica opressora, vai promover uma sensação de segurança – que é apenas uma sensação. No final das contas, o papel da polícia interessa à elite brasileira para manter a sua propriedade. Seja os seus bens, seja a sua propriedade privada, seja seu poder, que é sua propriedade também. Então, o populismo penal que, muitas vezes, se populariza no conjunto do povo, que é vítima, inclusive, desse braço armado, serve para manter o poder e a propriedade das elites brasileiras, que é, ainda, a elite colonial.

Dito isto: é inaceitável que o Estado brasileiro, por meio do seu braço armado, siga operando um genocídio no Brasil. É, de fato, difícil de explicar o que é a polícia no Brasil para quem não vive essa realidade. No Rio de Janeiro, já é algo que pessoas de outros estados não conseguem compreender. A polícia, no Rio de Janeiro, anda com fuzil para fora da viatura no meio de um centro urbano. Fuzil é uma arma de guerra, que, hoje, está circulando pelo Estado do Rio de Janeiro. Hoje, infelizmente, a instituição policial, é a que mais mata, no mundo. Se pegar os dados de 2020 foram, ao menos, 3.181 pessoas vítimas de operações, de intervenções policiais. Quase 80% dessas pessoas, negras, jovens. É chocante o quanto a polícia mata, ela é feita para matar. Mas também esse policial que opera a morte, também é vítima da morte. O modelo de segurança pública no Brasil se organiza por lógica de guerra, uma suposta guerra às drogas – que é, na verdade, a guerra contra quem é pobre, negro e favelado. É um banho de sangue...

Essa é uma forma do modelo de segurança pública funcionar que, ao meu ver, se soma ao que é o sistema prisional brasileiro. Temos a terceira população carcerária do mundo, em números absolutos. Quando pensamos nas mulheres, temos a quinta população carcerária do mundo. A ampla maioria das pessoas presas são negras, uma grande parte por comércio ilegal de drogas. É a guerra às drogas, mas que é a guerra a esse mesmo corpo. Que é um corpo igual da Marielle e dos seus filhos. Então, o que fazer diante desse cenário?

Há dois caminhos. Um: consolidar a ideia de aproximar o policial ao trabalhador. Se nega, para esse policial, a própria condição de trabalhador. Isso é muito grave. Por exemplo: a PEC 186 foi aprovada, desmonte de direitos trabalhistas, que atinge o policial, mas é a PEC operada pelo governo, cujos policiais são a base desse governo. O policial é um trabalhador, mas ele nunca vai ser entendido enquanto tal se não se modificar o modelo de segurança pública. E, para mim, aí é a segunda chave. Essa lógica de guerra militarizada, que remete a ditaduras, é a lógica que constitui as polícias brasileiras, em especial, a polícia militar. Então, desmilitarizar as polícias – eu prefiro falar em democratizar as polícias brasileiras. Há vários modelos: vamos construir a polícia do ciclo único, que não se separa a investigação da polícia mais ostensiva... eu sei que não há consenso sobre isso. Mas são debates que

passam pela lógica de democratizar a instituição polícia no Brasil. Não tem como uma polícia que ainda opera numa lógica ditatorial, que é a lógica da guerra, né?

A. M. C.: Acho que tem além da diferença histórica com relação à colonialidade, a Bélgica valoriza muito esse lugar de centro, de neutralidade, do garantismo, ainda que formal. É certo que também tem as zonas de conflito, em que os abusos existem, mas a gente sabe que é uma percepção completamente diferente, por exemplo, da lógica de prevenção e da lógica de guerra que, no Brasil, está instaurada e normalizada. Há essa sensação de medo quando a polícia está perto. É uma diferença gritante, que a gente consegue perceber a olho nu.

T. P.: A base da polícia militar é formada por uma classe pobre brasileira –mas ela causa medo nos pobres porque ela serve para manter a propriedade e o poder dos ricos no Brasil. É muito chocante, inclusive, o que se faz com esse corpo. E é um corpo que é treinado para fazer isso, é treinado para saber quem é o inimigo interno. O modelo de segurança pública, no Brasil, é baseado na constituição do inimigo interno, infelizmente. E qual é a cara desse inimigo interno? O inimigo interno é o mesmo corpo jovem, negro, favelado. É isso, reforçar esse dado: a cada vinte e três minutos, pelo menos um jovem negro é assassinado no Brasil. Isso não é razoável. Mata-se mais por este modelo de segurança pública no Brasil do que em países em guerra.

A. M. C.: E só pra acrescentar uma questão que talvez seja importante a gente observar também, é a diferença na valorização do policial, considerando os dois lugares,

T. P.: É, eu acho que é isso: valorização, seja de carreira, mas também formação em direitos humanos, que inexistente. A formação da polícia é uma formação numa lógica de guerra. Há também uma dimensão do aparato jurídico que dificulta, inclusive, a investigação desses homicídios. O índice de investigação de homicídios, no Brasil, é ridículo. E, em especial, quando se trata do que a gente chamava antes de auto de resistência – que, hoje, agora, o termo é morte por intervenção policial.

A. M. C.: Essa questão me remeteu ao assassinato do George Floyd, que colocou a temática do racismo na centralidade de muitas discussões nos Estados Unidos e no mundo. Você traz na sua fala muitos dados que colocam a gente diante de um racismo estrutural e institucional inquestionável.

Sobre a temática do antirracismo, como você vê essa diferença entre o modo de abordagem do racismo, nos Estados Unidos – por exemplo, com o caso de George Floyd, que, semana passada, culminou com a condenação do policial que o assassinou – e aqui no Brasil em que as respostas institucionais não são contundentes?

T. P.: Se pegarmos o tempo de constituição do Estado brasileiro, foi mais tempo de escravidão na lei do que tempo depois da abolição. A gente conviveu por séculos com uma legislação que escravizava corpos de negros e negras. Acho que essa é uma primeira coisa, porque isso faz parte de uma característica do que é o Estado brasileiro.

Segundo: eu acho que, aí, entra uma diferença entre o Brasil e os Estados Unidos. O Brasil convive com o mito da democracia racial. A miscigenação que existe no Brasil, de alguma maneira, tentou invisibilizar o que é o racismo no país. A gente costuma, até hoje, ouvir: “não tem racismo no Brasil”, “todo

mundo é misturado no Brasil”, quando, na verdade, não é o que os números e os dados explicitam. O mito da democracia racial é nefasto para a construção de uma democracia real brasileira. E não dá para pensar em nada no Brasil sem pensar a questão racial. O racismo estrutura todas as outras relações sociais brasileiras. E, infelizmente, isso foi invisibilizado pelo mito da democracia racial.

Então, se observarmos as mais diferentes áreas, a taxa de desemprego no Brasil, entre trabalhadores pretos chega a quase 18% e, entre brancos, 10%; a média salarial da mulher negra é 70% menor do que a da mulher branca; se comparar mulher negra com homens brancos é ainda mais chocante. Além da violência policial, é preciso pensar também o direito ao trabalho. Não dá para pensar em Brasil, sem pensar o quanto o racismo estrutura todas as relações sociais que aqui estão.

E aí, eu acho que o caso de George Floyd se assemelha, um pouco, ao que foi a execução de Marielle. A gente já vinha num crescente de organização dos movimentos negros e da luta antirracista. A execução de Marielle foi um marco: visibilizou um racismo que já estava nítido para muitas de nós, mas não para o conjunto da população e para as ações do Estado. Eu acho que, hoje, a gente tem a luta antirracista como um dos campos mais mobilizados de enfrentamento a Bolsonaro. É, hoje, o fenômeno mais dinâmico da luta no Brasil – talvez até mais dinâmico do que a luta feminista que vinha numa ascensão também no último período. A luta das mulheres negras, a organização das mulheres negras ganha fôlego.

Mas, infelizmente eu acho que isso não tem tido consequências. A urgência da luta antirracista não é a urgência que está dentro de cada brasileiro. Vou dar um exemplo: na Câmara Federal existe uma bancada feminina. Há uma Secretaria de mulheres deputadas, que está lá, é um espaço institucional da Câmara para organizar a pauta feminina. Mulheres de diferentes espectros femininos. Mas, quando se fala de racismo, não existe uma secretaria de igualdade étnico-racial. A gente até protocolou um projeto sobre isso, porque isso ainda é muito invisibilizado. O racismo ainda é muito escondido. O chamado “racismo à brasileira” é uma autorização para matar preto. Mas eu acho que isso está num caminho de mudança pela dinamicidade da luta antirracista. Mas, enquanto não houver mecanismos institucionais que reconheçam o racismo e incidam sobre ele, a gente vai seguir com uma democracia muito incompleta.

A. M. C.: Para finalizar, você quer deixar alguma mensagem?

L. M.: Complementando, eu imagino que essa entrevista vá ser lida por outras mulheres negras brasileiras, querendo se envolver na política e procurar mudança. Mas elas podem se assustar também. Que tipo de mensagem a gente poderia deixar para elas?

T. P.: Há duas questões, para finalizar. Uma: já que é uma entrevista internacional, eu acho que é importante inserir esse Brasil numa dinâmica internacional histórica e conjuntural. O Brasil faz parte de um Sul global cujas desigualdades gritantes também são operadas por uma lógica colonial. A violência que funda o Estado brasileiro vem a partir de invasores desse território, que são invasores europeus. A elite brasileira está conectada com uma elite internacional do Norte do mundo, que, infelizmente, muitas vezes, enriquece às custas dos países em desenvolvimento, dos países do Sul global. Acho que a solidariedade internacional, ainda mais nesses tempos de pandemia, é algo fundamental para enfrentar as desigualdades no Brasil, inclusive enfrentar, também, o racismo. É fundamental que os países do mundo fiquem atentos ao que acontece aqui; mas também entendam a parte que lhes cabe no que é a dinâmica aqui do Brasil. Há uma lógica desenvolvimentista, produtivista, que é operada

também de fora para dentro pelo capital financeiro.

E é lógico que é duro para nós, mulheres negras, num país com essas marcas e com esse governo, que aprofunda, agudiza o que é a história da desigualdade racial no Brasil, da pobreza... mas qual que é a saída que a gente tem? Eu entendo que política é o preço do ônibus, é o preço do pão, é se o filho dessa mulher vai voltar vivo para casa, se ele vai ter emprego, ou se ele vai ter que se virar para ganhar um dinheiro a cada dia. A política é muito concreta. E, na política concreta, nós, mulheres negras, há muito tempo somos protagonistas e somos as resistências que vêm dos quilombos, que são a cara da resistência brasileira, da política real brasileira. Eu não tenho dúvida que, para alguns corpos, a luta não é uma escolha. Sabe? Essas mulheres batalham o dia-a-dia. Para ela trabalhar como trabalhadora doméstica na casa de alguém, ela vai ter que deixar o filho com a outra mulher, com a vizinha. Há uma rede de solidariedade que é política. O que a gente precisa é aproximar a política institucional da política real, concreta, já tocada e protagonizada por mulheres negras. A saída para isso, para enfrentar esse quadro, é ter mais mulheres negras, com esse perfil, combativas, com a caneta também na mão. Para visibilizar as resistências nos territórios, que já existem, e para ajudar a expurgar a elite colonial brasileira do poder. Então... tem que ser mais de nós. Não é uma esperança boba, sabe? E, com o perdão da palavra, não é uma esperança branca e colonial – é uma esperança que já está expressa no que é resistência secular, ancestral, das mulheres nos seus territórios. Então, é um pouco isso.

Talíria Petrone Soares é mulher negra, feminista, socialista, professora, graduada em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro e mestre em Serviço Social e Desenvolvimento Social pela Universidade Federal Fluminense. Deu aula na favela da Maré, em São Gonçalo e em Niterói e a realidade das escolas sempre foi um motivo para ir à luta. Em 2010, ela conheceu o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e começou sua militância partidária, decidindo, seis anos mais tarde, se candidatar à vereadora em Niterói. Na campanha por uma Niterói negra, feminista, LGBT e popular em 2016, foi eleita a vereadora mais votada da cidade e, por mais de um ano, era a única mulher na Câmara Municipal. Foi presidente da Comissão de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente. Em 2018, Talíria foi eleita deputada federal pelo PSOL do Rio de Janeiro, com 107.317 votos — a nona mais votada do estado do Rio de Janeiro.

Ana Míria Carinhanha é artista e advogada. Possui doutorado em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (2021) e cursa um segundo doutorado em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É mestre em Criminologia (2014) pela Université Catholique de Louvain, bacharelado em Direito pela Universidade do Estado da Bahia (2011) e bacharelado interdisciplinar em Artes pela Universidade Federal da Bahia (2011). Ela é uma mediadora interdisciplinar para mediação local, escolar e penal do certificado interdisciplinar da Université Catholique de Louvain, Université Saint-Louis e Université de Namur. É pesquisadora do Grupo de pesquisa em criminologia (GPCRIM) em “Controle social, violência e direitos humanos: discursos, práticas e instituições” e coordenadora da área de pesquisa “Iniciativa Negra por uma nova política de drogas”.

Lucas Melgaço é Professor Associado do Departamento de Criminologia da Vrije Universiteit Brussel (VUB). Seus principais interesses científicos incluem: criminologia urbana, vigilância, estudos de polícia, ordem pública, movimentos e protestos sociais e as relações entre as tecnologias de informação e comunicação, espaço e segurança. Ele também trabalhou na tradução das teorias do geógrafo brasileiro Milton Santos para a comunidade de língua inglesa. Lucas é co-editor dos livros “Protests in the Information Age: Social Movements, Digital Practices and Surveillance” (Routledge, 2018), “Milton Santos: A Pioneer in Critical Geography from the Global South” (Springer, 2017) e “Order and Conflict in Public Space” (Routledge, 2016). Ele é o editor-chefe da revista *Criminological Encounters*.

Como citar este artigo (APA- 7a. ed.): Petrone, T. (2021). A esperança nas trincheiras da resistência: Entrevista com Talíria Petrone [Interview by A. Míria & L. Melgaço]. *Criminological Encounters*, 4(1), 158-171. doi:10.26395/CE21040111



© The author(s), 2021 | Licensed under Creative Commons CC BY-NC-ND 4.0.